

NUTRIENTES
RATEM NOME:

SOMAX

CONSTITUINTE

Parlamentares adiam votação da estabilidade para tentar acordo

por Francisca Stella Fogá
de Brasília

Os 93 membros da Comissão de Sistematização da Constituinte têm até o início da tarde de hoje para prevenir uma acirrada polarização na votação da fórmula de estabilidade ou garantia de emprego. As 14h30 horas começa a ser votado o capítulo II do projeto de Constituição, que trata dos direitos sociais e abre com os direitos dos trabalhadores.

O primeiro direito relacionado no capítulo é a "garantia de emprego, protegida contra despedida imotivada pelo projeto. Só seriam motivadas as despedidas fundadas em três hipóteses: contrato a termo, falta grave e justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

A fórmula do projeto sofre resistências à direita, à esquerda e ao centro. Poderia ter entrado em votação na sessão de ontem. Não entrou justamente para haver um pouco mais de tempo para a negociação.

Em busca de uma solução alternativa que conquistasse o apoio da maioria da Comissão, o líder do PMDB na Constituinte em exercício, deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), reúne em seu gabinete as diversas correntes da Constituinte.

As 8h30, recebe os líderes dos partidos de esquerda e da ala progressista do PMDB (MUP). São cerca de dezoito votos da Comissão de Sistematização em favor da previsão ampla de estabilidade no emprego, nos termos da emenda popular assinada por 272 mil eleitores e patrocinada pela CUT, pela CGT e pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). A emenda prevê "estabilidade desde admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente".

cha entenderam-se sobre a fórmula que desejam ver aprovada: baseia-se em emenda do deputado José Maria Eymael, que deixa o empresário livre para demitir em qualquer caso, desde que pague indenização e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Em favor da fórmula Eymael, Albano Franco abre mão da proposta que vinha defendendo até ontem, formulada na emenda popular patrocinada pelos empresários do Rio Grande do Sul e que teve o apoio de 32 mil eleitores. Em essência, ambas atendem ao requisito de que Albano Franco não abre mão. O empresário e senador não admite que a garantia de emprego seja absoluta. Deve ser relativa e poder converter-se em pagamento de indenização. Só que a fórmula Eymael garante o apoio do grupo dos 32 na hora do voto.

Os partidos de esquerda sustentam que ou existe estabilidade ou não existe. "Não há meio termo", como diz o presidente nacional do PT, deputado Luís Ignacio Lula da Silva. A indenização, pondera o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), não pode ser exceção à regra da estabilidade.

A estratégia dos partidos de esquerda foi montada no pressuposto de que todos votariam a favor da emenda popular do DIAP. Mesmo sabendo que seriam derrotados, deixariam os constituintes de centro em situação difícil perante seus eleitores e tenderiam a votar a favor de uma proposta que não fosse excessivamente restritiva da estabilidade no emprego.

Mas a ordem de votação dos destaques, definida pela secretaria da mesa da Comissão de Sistematização, impedirá que a estratégia seja executada. Antes da emenda do DIAP, será votada a emenda do deputado Antonio Mariz (PMDB-PB), que propõe a proteção do contrato de trabalho "contra a despedi-

As 10 horas, Scalco recebeu o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador José Richa (PMDB-PR), representante do grupo dos 32 da Constituinte, e o deputado José Maria Eymael (PDC-SP). Ontem, Albano Franco e José Ri-

da imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei", o texto do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral. A proteção não é tão ampla quanto a emenda do DIAP, mas é ampla o suficiente para não poder ser rejeitada pelos partidos de esquerda, pondera Haroldo Lima, líder do PC do B.

Da função social do carro à transição

por Andrew Greenlees
de Brasília

As voltas com mais de 8 mil pedidos de análise de emendas em separado, a Comissão de Sistematização da Constituinte esbarra não só no demorado processo de votação nominal dos 93 membros como no próprio conteúdo das propostas apresentadas pelos parlamentares. A sessão de ontem — em que nenhuma emenda foi aprovada — deixou clara essa situação.

Boa parte dos destaques solicitados refere-se a temas não constitucionais, próprios da legislação ordinária a ser elaborada depois de promulgada a nova Carta. Mesmo assim, alguns constituintes insistem em ver votadas suas propostas incluídas nesta classificação, contribuindo para a lentidão dos trabalhos.

Foi o caso, por exemplo, do deputado Lysâneas Maciel, do PDT, para quem a Constituição deveria isentar as pessoas sem recursos do pagamento das taxas de água, luz e esgoto. Ou do deputado Sérgio Brito, do PFL, autor da proposta pela qual um criminoso poderia cumprir pena em sua cidade natal, no caso de ter praticado o delito em local onde reside há menos de dois anos.

Outra categoria dos que ajudam a atrasar o processo é a dos preocupados em colocar na nova Carta repetidas "proibições" de golpes contra as instituições. O exemplo de ontem veio do deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, autor de uma proposta pela qual a Constituição não perderá a validade em caso de derrocada violenta. "E a emenda urutu", ironizou o líder do PTB, Gastone Righi.

Mas o auge da infrutífera sessão foi a emenda do deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais, no



Lysâneas Maciel

sentido de que devem ser desapropriados os veículos automotores que não cumprirem sua "função social". Parlamentares se entreolhavam, em dúvida sobre o que exatamente isso significaria. Um carro de passeio cumpre função social? Depois de alguma discussão, que também engordou a perda de tempo, Guimarães retirou o pedido de votação.

Righi esclarece posição

O deputado Gastone Righi (PTB-SP) disse ontem que houve confusão nas suas declarações acerca da estabilidade para o trabalhador. Gastone reafirmou que está contra a proposta do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), e também, contra a emenda popular apresentada pelos empresários gaúchos, ao contrário do que foi publicado na edição de ontem, com base nas informações da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Para o líder do PTB, a proposta mais correta é a da sua autoria, fato que não ficou bem explicado nas suas declarações anteriores, segundo a agência EBN.

GAZETA MERCANTIL